

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja itens que avaliem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

O conceito de discriminação usualmente leva à sensação de medida negativa, que causa prejuízo a alguém. Trata-se, efetivamente, do conceito de discriminação sob o aspecto prejudicial, ou, do ponto de vista jurídico, ilícito, do instituto.

Em breve síntese, a discriminação consiste em tratar de maneira diferente determinada pessoa por motivo não justificável. A discriminação vedada é aquela que, como regra, encontra proibição legal e causa prejuízo à pessoa discriminada.

O *caput* do artigo 5.º da Constituição Federal de 1988 dispõe que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Esse dispositivo revela a importância da *status* da igualdade entre as pessoas e, consequentemente, entre os trabalhadores. Evidentemente, conduta em sentido contrário constitui ilícito, excepcionadas as hipóteses de ações afirmativas.

Explica-se: a discriminação, por si só, não é necessariamente medida reprovável. Pode constituir, inclusive, ação afirmativa a que os sujeitos podem estar obrigados pelo direito. Exemplo disso é a discriminação em favor das pessoas com deficiência, ao se estabelecer cota mínima a ser preenchida por elas.

No âmbito das relações de trabalho, algumas situações são mais comuns no que se refere à discriminação: discriminação pelo sexo, pela idade, pela etnia, pela orientação sexual. Nesse contexto, a conduta discriminatória que não pode ser admitida é aquela que trata de maneira distinta os trabalhadores, sem qualquer justificativa ou causa lícita para tanto, preterindo determinada classe de pessoas por motivos totalmente injustificáveis e que não guardam qualquer relação com o tipo de trabalho desenvolvido.

Internet: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/>> (com adaptações).

Acerca de aspectos linguísticos do texto apresentado e das ideias nele veiculadas, julgue os itens que se seguem.

- 1 Defende-se, no texto, o emprego do termo “discriminação” com viés exclusivamente negativo, a fim de se evitar que se confundam as ações afirmativas com atos discriminatórios.
JUSTIFICATIVA - Errado. Nos parágrafos iniciais do texto, explica-se o uso do termo “discriminação” com diferentes cargas semânticas, mas sem se argumentar favorável ou contrariamente ao uso de qualquer uma delas.
- 2 Infere-se da leitura do texto que existem situações em que é lícito tratar as pessoas de modo diferenciado.
JUSTIFICATIVA - Certo. É o caso das ações afirmativas, mencionadas no quarto parágrafo: “Esse dispositivo revela a importância do status da igualdade entre as pessoas e,

consequentemente, entre os trabalhadores. Evidentemente, conduta em sentido contrário constitui ilícito, excepcionadas as hipóteses de ações afirmativas”.

- 3 Embora o texto trate de discriminação em geral, observa-se que a organização de suas ideias progride no sentido de enfocar o tema em um contexto mais específico, o das relações trabalhistas.
JUSTIFICATIVA - Certo. A partir do quarto parágrafo, trata-se mais especificamente de discriminação no âmbito trabalhista.
- 4 Entende-se da leitura do primeiro parágrafo do texto que o termo “instituto” remete ao conjunto das normas legais que embasa o “ponto de vista jurídico”.
JUSTIFICATIVA - Errado. No primeiro parágrafo, o termo “instituto” é empregado em referência ao conceito de discriminação.
- 5 A coerência das ideias do texto e sua correção gramatical seriam mantidas caso se substituísse o trecho “por motivo não justificável” (primeiro período do segundo parágrafo) por **injustificadamente**.
JUSTIFICATIVA - Certo. No texto, a expressão “por motivo não justificável” funciona como adjunto adverbial de “tratar”. A palavra “injustificado”, da qual deriva o advérbio “injustificadamente”, tem o sentido de não justificado, que não teve ou não tem justificação. Sendo assim, a substituição proposta no item está em consonância com as ideias veiculadas no texto, além de ser gramaticalmente correta.
- 6 Mantendo-se os sentidos do texto e sua correção gramatical, o trecho “Explica-se: a discriminação, por si só, não é necessariamente medida reprovável” (primeiro período do quinto parágrafo) poderia ser reescrito da seguinte forma: **Explica-se que atos discriminatórios, por si só, não são necessariamente medidas reprováveis**.
JUSTIFICATIVA - Errado. A substituição dos dois-pontos pelo conectivo “que” implicaria alteração do sentido original do texto. Além disso, a correção gramatical seria prejudicada pela falta de concordância de número entre “só” e “atos discriminatórios”.
- 7 A correção gramatical, a coesão e a coerência das ideias do texto seriam mantidas caso o sinal de dois-pontos empregado após “discriminação” (primeiro período do último parágrafo) fosse substituído por uma vírgula.
JUSTIFICATIVA - Errado. A substituição dos dois-pontos por vírgula prejudicaria as relações coesivas originalmente estabelecidas entre os termos, visto que a exemplificação que é dada no texto original não seria explicitada com o emprego da vírgula.

8 Em “a que os sujeitos podem estar obrigados pelo direito” (segundo período do quinto parágrafo), o emprego da preposição “a” justifica-se pela regência do termo “obrigados”.

JUSTIFICATIVA - Certo. É o termo “obrigados” que exige a preposição “a” na oração: os sujeitos podem estar obrigados a uma ação afirmativa.

Julgue os itens seguintes, relativos à organização do Distrito Federal e de seus Poderes, de acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF).

9 Caso o governador deixe de prestar suas contas anuais, o TCDF deverá proceder à tomada de contas do chefe do Poder Executivo, comunicando esse fato à Câmara Legislativa do DF.

JUSTIFICATIVA - Errado. Compete à Câmara Legislativa do DF, e não ao TCDF, proceder à tomada de contas do governador, quando elas não forem apresentadas no prazo regulamentar. É o que dispõe o art. 60, XIII, da LODF.

10 O TCDF tem competência para dar início ao processo legislativo de lei ordinária que verse sobre a sua organização, não lhe sendo atribuída, contudo, a mesma prerrogativa em relação às leis complementares. JUSTIFICATIVA - Errado. O item está errado por duas razões. Primeiro, a organização do TCDF deve ser disciplinada por lei complementar, e não por lei ordinária, conforme dispõe o art. 75, parágrafo único, I, da LODF. Segundo, o TCDF também possui iniciativa legislativa para lei complementar em relação a matérias interna *corporis*, de acordo com o art. 71, IV, da LODF.

11 Ao DF são atribuídas as competências legislativas reservadas aos estados e aos municípios, já que a competência residual do DF é restrita aos casos que a Constituição Federal de 1988 autorizar.

JUSTIFICATIVA - Errado. A segunda parte do item está errada. Nos termos do art. 14 da LODF, o DF poderá exercer todas as competências legislativas que não lhe sejam vedadas pela CF, ou seja, a competência residual é ampla e independe de autorização constitucional, estando limitada apenas no caso de vedação constitucional.

12 Compete privativamente ao DF dispor sobre a organização do quadro de servidores do TCDF e sobre a instituição dos seus planos de carreira.

JUSTIFICATIVA - Certo. Nos termos do art. 15, XIII, da LODF, compete privativamente ao Distrito Federal “dispor sobre a organização do quadro de seus servidores; instituição de planos de carreira, na administração direta, autarquias e fundações públicas do Distrito Federal; remuneração e regime jurídico único dos servidores;”. Considerando-se que o TCDF compõe a administração pública direta do DF, a competência acima se estende a seus servidores.

13 Todo agente público, qualquer que seja sua categoria ou a natureza do seu cargo, emprego ou função, é obrigado a declarar seus bens no ato de sua posse, exoneração ou aposentaria.

JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva versa sobre uma relevante obrigação imposta, indistintamente, a todos os agentes públicos do DF como mecanismo de controle e prevenção do enriquecimento

ilícito e lesão ao erário. A regra está prevista no art. 19, XXI, da LODF.

Com base na Lei Complementar distrital n.º 840/2011, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais, julgue os itens a seguir.

14 Não se pune na esfera administrativa o servidor público que tenha sido absolvido na esfera penal por falta de provas em decisão judicial transitada em julgado.

JUSTIFICATIVA - Errado. A regra da dependência das instâncias só se aplica caso a decisão penal absolutória reconheça a inexistência do fato ou da autoria, nos termos da LC n.º 840/2011:

“Art. 181. O servidor responde penal, civil e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

§ 1.º As sanções civis, penais e administrativas podem cumular-se, sendo independentes entre si.

§ 2.º A responsabilidade administrativa do servidor é afastada no caso de absolvição penal que negue a existência do fato ou sua autoria, com decisão transitada em julgado.”.

15 As carreiras e os respectivos cargos de provimento efetivo serão criados por decreto, o qual deverá fixar, entre outros aspectos, os critérios de capacitação, o regime e a jornada de trabalho dos servidores.

JUSTIFICATIVA - Errado. A criação das carreiras e de seus respectivos cargos de provimento efetivo deve ser feita por meio de lei formal aprovada pela Câmara Legislativa do DF, nos termos do art. 55 da LC n.º 840/2011.

16 Constitui infração disciplinar leve o ato comissivo e doloso do servidor público de utilizar indevidamente a sua identificação funcional em ilegítimo benefício próprio, podendo, nesse caso, ser aplicada ao servidor a penalidade de advertência ou, caso as circunstâncias assim o justificarem, de suspensão de até trinta dias.

JUSTIFICATIVA - Certo. A conduta indicada enquadra-se como infração leve e sujeita o servidor à penalidade de advertência ou suspensão, nos seguintes termos da LC n.º 840/2011:

“Art. 187. A infração disciplinar decorre de ato omissivo ou comissivo, praticado com dolo ou culpa, e sujeita o servidor às sanções previstas nesta Lei Complementar.

(...)

Art. 190. São infrações leves:

(...)

XV usar indevidamente a identificação funcional ou outro documento que o vincule com o cargo público ou função de confiança, em ilegítimo benefício próprio ou de terceiro.

Art. 199. A advertência é a sanção por infração disciplinar leve, por meio da qual se reprova por escrito a conduta do servidor.

Parágrafo único. No lugar da advertência, pode ser aplicada, motivadamente, a suspensão até trinta dias, se as circunstâncias assim o justificarem.”.

17 O regime de trabalho do servidor efetivo não ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança será, em regra, de 30 horas semanais, podendo ser ampliado para 40 horas semanais, desde que a ampliação seja do interesse da administração pública e haja anuência do servidor, observando-se a proporcionalidade salarial.

JUSTIFICATIVA - Certo. O art. 57 da LC n.º 840/2011 estabelece como regra a jornada de 30 horas, podendo ocorrer ampliação nos seguintes termos:

“Art. 57. Salvo disposição legal em contrário, o servidor efetivo fica sujeito ao regime de trabalho de trinta horas semanais.

§ 1.º No interesse da administração pública e mediante anuência do

servidor, o regime de trabalho pode ser ampliado para quarenta horas semanais, observada a proporcionalidade salarial.

Art. 58. O servidor ocupante de cargo em comissão ou no exercício de função de confiança tem regime de trabalho de quarenta horas semanais, com integral dedicação ao serviço.”.

- 18 Os servidores estáveis e os que estejam em estágio probatório fazem jus à gratificação por encargo de curso ou concurso caso participem, em caráter eventual, de comissão de concurso público para correção de provas discursivas.

JUSTIFICATIVA - Errado. A gratificação por encargo de curso ou concurso só pode ser recebida pelos servidores que já tiverem adquirido a estabilidade no serviço público, nos termos do art. 100 da LC n.º 840/2011.

O Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (COARIDE) é um instrumento de governança e espaço de interação interfederativo, com foco no desenvolvimento econômico e social. Acerca desse conselho e da organização da RIDE, julgue os próximos itens, conforme o disposto no Decreto federal n.º 7.469/2011.

- 19 Na composição do COARIDE, incluem-se um representante do Distrito Federal, um do estado de Goiás e um do estado de Minas Gerais, indicados pelo conjunto de prefeitos dos respectivos municípios integrantes da RIDE.

JUSTIFICATIVA - Errado. Nos termos do art. 4.º, XII, do Decreto federal n.º 7.469/2011, o COARIDE é composto por três representantes do Distrito Federal, um do estado de Goiás e um do estado de Minas Gerais, indicados pelos respectivos governadores.

- 20 Se um município que constitui a RIDE for desmembrado, os novos municípios resultantes integrarão automaticamente a RIDE. JUSTIFICATIVA - Certo. Decreto federal n.º 7.469/2011: “Art. 1.º (...) § 2.º Integram-se automaticamente à RIDE os Municípios que vierem a ser constituídos em virtude de desmembramento de Município mencionado no § 1.º.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Distrito Federal tem uma proporção de cerca de 91 homens para cada grupo de 100 mulheres. Elas são a maioria da população do Distrito Federal, mas enfrentam situações de desigualdade, o que aponta para a necessidade de políticas públicas voltadas para as mulheres.

Considerando essas informações, a realidade atual do DF e o Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (PDPM), julgue os seguintes itens.

- 21 No PDPM, está previsto o objetivo de promover o acesso e a assistência às mulheres no planejamento reprodutivo, no pré-natal, no parto, no puerpério e no acompanhamento da primeira infância, o que representa exemplo de compromisso do DF com políticas de planejamento reprodutivo, em que a mulher é assistida e decide sobre a maternidade, sua saúde reprodutiva e o uso de métodos contraceptivos.

JUSTIFICATIVA - Certo. O objetivo descrito no item faz parte do Eixo 3 – Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos, do PDPM. Parte das políticas de atenção primária, o programa saúde da mulher envolve todos os cuidados relacionados à saúde da mulher prestados nas UBS, como o direito sexual, o planejamento reprodutivo, a prevenção dos cânceres de mama e de colo de útero e a promoção do parto natural e humanizado. São ofertados métodos contraceptivos, como anticoncepcionais orais, minipílulas de progestógeno, injetáveis, DIU de cobre, preservativos, contracepção de emergência e laqueadura (método

cirúrgico). No caso das mulheres que desejam ter filhos ou estão grávidas, o programa saúde da mulher disponibiliza acompanhamento em todo o ciclo gestacional, até o puerpério, com auxílio na amamentação.

- 22 O PDPM prevê o incremento do número de mulheres atendidas por meio de processos de formação profissional e ação empreendedora nos programas e projetos de desenvolvimento da autonomia econômica.

JUSTIFICATIVA - Certo. Trata-se de um dos objetivos específicos do Eixo I Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, do PDPM.

- 23 No DF, mesmo com o aumento do nível de escolaridade das mulheres, nos últimos anos cresceu a diferença de remuneração entre os sexos, tendo piorado as desigualdades de gênero relacionadas a emprego, salário e renda.

JUSTIFICATIVA - Errado. Segundo pesquisa do IPDF (2023), há diferença de remuneração entre os sexos, contudo, quanto maior o nível de escolaridade, menor é essa diferença. A PNAD/IBGE mostrou que essa diferença diminuiu nos últimos anos. Ambas as pesquisas, porém, evidenciaram que o rendimento médio mensal das mulheres ainda está abaixo do recebido pelos homens, retrato que foi observado em todas as regiões administrativas, com pouquíssimas exceções.

Acerca da Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), julgue os itens a seguir, com base em seus dispositivos e na jurisprudência dos tribunais superiores.

- 24 A Lei Maria da Penha prevê um tipo penal específico para o autor da violência doméstica que descumprir as medidas protetivas de urgência impostas pelo juiz.

JUSTIFICATIVA - Certo. O tipo penal foi inserido em 2018, incluído pela Lei n.º 13.641 e integra o artigo 24-A da Lei Maria da Penha, senão vejamos:

“Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos.

§ 1.º A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.

§ 2.º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança.

§ 3.º O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis.”

- 25 A aplicação da Lei Maria da Penha estende-se a mulheres trans.

JUSTIFICATIVA - Certo. O entendimento já está consolidado desde o julgamento pelo STJ do REsp 1977124/SP RECURSO ESPECIAL 2021/0391811-0. RECURSO ESPECIAL. MULHER TRANS. VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. APLICAÇÃO DA LEI N. 11.340/2006, LEI MARIA DA PENHA. CRITÉRIO EXCLUSIVAMENTE BIOLÓGICO. AFASTAMENTO. DISTINÇÃO ENTRE SEXO E GÊNERO. IDENTIDADE. VIOLÊNCIA NO AMBIENTE DOMÉSTICO. RELAÇÃO DE PODER E MODUS OPERANDI. ALCANCE TELEOLÓGICO DA LEI. MEDIDAS PROTETIVAS. NECESSIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. A aplicação da Lei Maria da Penha não reclama considerações sobre a motivação da conduta do agressor, mas tão somente que a vítima seja mulher e que a violência seja cometida em ambiente doméstico, familiar ou em relação de intimidade ou afeto entre agressor e agredida.

2. É descabida a preponderância, tal qual se deu no acórdão impugnado, de um fator meramente biológico sobre o que realmente importa para a incidência da Lei Maria da Penha, cujo

arcabouço protetivo se volta a julgar autores de crimes perpetrados em situação de violência doméstica, familiar ou afetiva contra mulheres. Efetivamente, conquanto o acórdão recorrido reconheça diversos direitos relativos à própria existência de pessoas trans, limita à condição de mulher biológica o direito à proteção conferida pela Lei Maria da Penha.

3. A vulnerabilidade de uma categoria de seres humanos não pode ser resumida tão somente à objetividade de uma ciência exata. As existências e as relações humanas são complexas e o Direito não se deve alicerçar em argumentos simplistas e reducionistas.

4. Para alicerçar a discussão referente à aplicação do art. 5º da Lei Maria da Penha à espécie, necessária é a diferenciação entre os conceitos de gênero e sexo, assim como breves noções de termos transexuais, transgêneros, cisgêneros e travestis, com a compreensão voltada para a inclusão dessas categorias no abrigo da Lei em comento, tendo em vista a relação dessas minorias com a lógica da violência doméstica contra a mulher.

5. A balizada doutrina sobre o tema leva à conclusão de que as relações de gênero podem ser estudadas com base nas identidades feminina e masculina. Gênero é questão cultural, social, e significa interações entre homens e mulheres. Uma análise de gênero pode se limitar a descrever essas dinâmicas. O feminismo vai além, ao mostrar que essas relações são de poder e que produzem injustiça no contexto do patriarcado. Por outro lado, sexo refere-se às características biológicas dos aparelhos reprodutores feminino e masculino, bem como ao seu funcionamento, de modo que o conceito de sexo, como visto, não define a identidade de gênero. Em uma perspectiva não meramente biológica, portanto, mulher trans mulher é.

6. Na espécie, não apenas a agressão se deu em ambiente doméstico, mas também familiar e afetivo, entre pai e filha, eliminando qualquer dúvida quanto à incidência do subsistema da Lei n. 11.340/2006, inclusive no que diz respeito ao órgão jurisdicional competente - especializado - para processar e julgar a ação penal.

7. As condutas descritas nos autos são tipicamente influenciadas pela relação patriarcal e misógina que o pai estabeleceu com a filha. O modus operandi das agressões - segurar pelos pulsos, causando lesões visíveis, arremessar diversas vezes contra a parede, tentar agredir com pedaço de pau e perseguir a vítima - são elementos próprios da estrutura de violência contra pessoas do sexo feminino. Isso significa que o modo de agir do agressor revela o caráter especialíssimo do delito e a necessidade de imposição de medidas protetivas.

8. Recurso especial provido, a fim de reconhecer a violação do art. 5º da Lei n. 11.340/2006 e cassar o acórdão de origem para determinar a imposição das medidas protetivas requeridas pela vítima L. E. S. F. contra o ora recorrido.

(REsp n. 1.977.124/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 5/4/2022, DJe de 22/4/2022.).

- 26 A aplicação da Lei Maria da Penha é condicionada à prática de violência física contra a mulher.

JUSTIFICATIVA - Errado. No artigo 5º, *caput*, da Lei Maria da Penha, é empregada, de forma explícita, a partícula “ou” no rol de consequências de violências para a configuração da lei, indo para além da violência física, senão vejamos:

“Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero **que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:**” (GRIFO NOSSO)

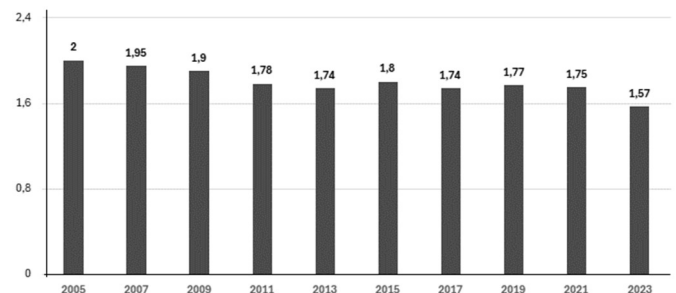
Além disso, no artigo 7º, são elencados outros quatro tipos de violência para a configuração da lei, para além da física, a saber: violência psicológica, patrimonial, sexual e moral.

- 27 Nas ações relativas a todos os crimes previstos na Lei Maria da Penha, a ofendida pode, a qualquer tempo, exercer seu direito de renúncia à representação.

JUSTIFICATIVA - Errado. A ofendida somente poderá exercer direito a renúncia nas ações públicas condicionadas à representação. Vide art. 16 da Lei n.º 11.340/2006:

“Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.” (Vide ADI 7267)

O Brasil segue a tendência mundial de diminuição da taxa de fecundidade. Em 2000, no país, essa taxa era de 2,32 filhos por mulher, tendo, em 2023, atingido seu menor valor, 1,57 filho por mulher. No gráfico a seguir, elaborado a partir de dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode-se observar a variação da taxa de fecundidade no Brasil ao longo dos anos (estimativa do número de filhos nascidos vivos por mulher, ao final de seu período reprodutivo).



Com base nessas informações, e considerando que a média da sequência de dados no gráfico seja igual a $\mu = 1,8$ e que sua variância seja igual a $\sigma^2 = 0,014$, julgue os itens seguintes.

- 28 O valor do coeficiente de variação (ou coeficiente de variação de Pearson) é inferior a 7%, o que indica uma dispersão baixa dos dados dessa sequência.

JUSTIFICATIVA - Certo. O coeficiente de variação é dado por $CV = \sigma/M \times 100 = 0,11/1,8 \approx 6,2 < 7\%$

- 29 A moda dessa sequência de dados é 10% superior à sua média.

JUSTIFICATIVA - Errado. A moda é igual a $1,74 < 1,8$.

- 30 O desvio padrão é inferior a 0,11, o que indica uma variação baixa dos dados em relação à média.

JUSTIFICATIVA - Errado. O desvio padrão é a raiz quadrada da variância. Assim, $\sigma = \sqrt{0,014} > 0,11$.

- 31 A mediana dessa sequência de dados é inferior à sua média.

JUSTIFICATIVA - Certo. Reordenando-se os 10 dados em ordem decrescente, obtém-se: 2, 1,95, 1,9, 1,8, 1,78, 1,77, 1,75, 1,74, 1,74, 1,57. A mediana é obtida por $Md = (1,78 + 1,77)/2 = 1,775 < 1,8$.

Julgue os próximos itens, relativos à seguinte proposição *P*: “Defendo causas ruins com bons argumentos, mas não boas causas com argumentos ruins.”.

- 32 Considere um argumento que, além da proposição *P*, tenha também como premissa a seguinte proposição: “Se eu defender boas causas com argumentos ruins, serei derrotado.”. Nesse caso, o argumento será válido se tiver como conclusão a sentença “Não serei derrotado.”.

JUSTIFICATIVA - Errado. A proposição *P*, tomada como premissa, implica a falsidade do precedente da outra premissa, incluída no argumento na hipótese do item. A falsidade do precedente permite, mantendo-se a veracidade de tal premissa, tanto a veracidade quanto a falsidade do consequente. Como a conclusão

é a negação do consequente, tal conclusão pode ser falsa, o que significa que o argumento não é válido.

- 33 A tabela-verdade da proposição P possui duas linhas.
JUSTIFICATIVA - Errado. A proposição P é composta por duas proposições simples, de modo que sua tabela-verdade possui $2^2 = 4$ linhas.
- 34 A proposição P é equivalente à negação de “Se defendo causas ruins com bons argumentos, então defendo boas causas com argumentos ruins.”.
JUSTIFICATIVA - Certo. A proposição do item tem estrutura $p \rightarrow q$, cuja negação é dada pela equivalência $\sim(p \rightarrow q) \Leftrightarrow p \wedge \sim q$, esta última exatamente com a forma da proposição P .
- 35 A negação da proposição P pode ser expressa por “Não defendo causas ruins com bons argumentos, ou defendo boas causas com argumentos ruins.”.
JUSTIFICATIVA - Certo. A proposição P tem estrutura $p \wedge q$, cuja negação pode ser expressa por $\sim p \vee \sim q$.
-

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

The philosopher Jeremy Bentham was regarded as the founder of utilitarianism and a leading advocate of the separation of church and state, freedom of expression, and individual legal rights. Furthermore, the “panopticon” is a type of institutional building that has long dominated Bentham’s legacy. As a work of architecture, the panopticon allows a watchman in a central tower to observe occupants of surrounding cells without the occupants knowing whether or not they are being watched. As a metaphor, the panopticon was commandeered in the latter half of the 20th century as a way to trace the surveillance tendencies of disciplinarian societies. Is it still a useful way to think about surveillance today?

The French philosopher Michel Foucault used the idea of the panopticon as a way to illustrate the proclivity of disciplinary societies to subjugate its citizens. He describes the prisoner of a panopticon as being at the receiving end of asymmetrical surveillance: “He is seen, but he does not see.” As a consequence, the inmate polices himself for fear of punishment.

The parallels between the panopticon and surveillance cameras may be obvious, but what happens when you step into the world of digital surveillance and data capture? Unlike the panopticon, citizens don’t know they are being watched. Jake Goldenfein, from the University of Melbourne, tells me it’s important to remember the corrective purposes of Bentham’s panopticon when considering it as a metaphor for modern surveillance. “The relevance of the panopticon as a metaphor begins to wither when we start thinking about whether contemporary types of visibility are analogous to the central tower concept. For example, whether this type of visibility is asymmetrical, and being co-opted for the same political exercise.” In the panopticon the occupants are constantly aware of the threat of being watched — this is the whole point — but state surveillance on the Internet is invisible; there is no looming tower, no dead-eye lens staring at you every time you enter a URL. There may not be a central tower, but there will be communicating sensors in our most intimate objects.

Internet: <theguardian.com> (adapted).

Based on the previous text, judge the following items.

- 36 It can be concluded from the text that, for Michel Foucault, the panopticon is a powerful illustration of the symmetrical relations that take part in organized societies.

JUSTIFICATIVA - Errado. O item está incorreto porque não apresenta corretamente o que o texto explica em relação ao que diz M. Foucault sobre o panopticon. Para o filósofo, de acordo com o segundo parágrafo do texto, o panopticon é serve como uma imagem adequada para ilustrar a tendência das sociedades disciplinantes em subjugar seus indivíduos. Para ele, ainda segundo o texto, o prisioneiro no panopticon é o receptor de um sistema assimétrico de vigilância. O item, por sua vez, diz que o panopticon, para Foucault, é uma ilustração poderosa das relações simétricas que acontecem em sociedades organizadas, afirmação não corroborada pelo texto.

- 37 Although conveying different notions and images, the word **adopted** could replace the word “commandeered” (fourth sentence of the first paragraph) without contradicting the main idea of the sentence in which it is used in the text.

JUSTIFICATIVA - Certo. A troca de “commandeered” por “adopted” não contradiz o que o referido período nos informa. São ações metafóricas diferentes, já que “commandeer” significa “requisitar” e “adopt”, “adotar”, mas a troca não implica numa contradição, já que se preserva a ideia de que o termo “panopticon” passou a ser utilizado, foi adotado, como uma metáfora para compreender as tendências de vigilância do século XX.

- 38 The text informs that the prisoners of a panopticon know they are under surveillance, but they do not know the exact moments they are being watched.

JUSTIFICATIVA - Certo. O item está correto, porque os prisioneiros sabem que há uma torre de vigilância, mas não sabem o momento exato em que o guarda estaria olhando para cada um deles. É o que afirma o seguinte trecho: “As a work of architecture, the panopticon allows a watchman in a central tower to observe occupants of surrounding cells without the occupants knowing whether or not they are being watched.”

- 39 According to the researcher Jake Goldenfein, the fact that nowadays people know they are being watched by cameras is the aspect that lessens the panopticon effectiveness as a metaphor for contemporary surveillance.

JUSTIFICATIVA - Errado. O item está incorreto porque não expressa corretamente a opinião do pesquisador J. Goldenfein. Segundo ele, o uso da imagem do panopticon como metáfora para a vigiância moderna começa a enfraquecer [wither] quando refletimos se os tipos de visibilidade contemporâneos são análogos às torres centrais do panopticon: “The relevance of the panopticon as a metaphor begins to wither when we start thinking about whether contemporary types of visibility are analogous to the central tower concept. For example, whether this type of visibility is asymmetrical, and being co-opted for the same political exercise.” O pesquisador questiona se a visibilidade é tão assimétrica quanto àquela do panopticon e se o propósito seria o mesmo. Para ele, esses são aspectos que enfraquecem a metáfora do panopticon hoje, não o fato de sabermos que estamos sendo vigiados.

- 40 According to the text, Jeremy Bentham prominently protested against the dissociation of religion from state institutions.

JUSTIFICATIVA - Errado. As primeiras linhas do texto apresentam o filósofo Jeremy Bentham. Uma das informações que temos é que ele foi “a leading advocate of the separation of church and state” [um dos principais defensores da separação entre a Igreja e o Estado]. Logo, o item está incorreto, pois afirma o contrário: Jeremy Bentham protestou proeminentemente contra a dissociação da religião das instituições estatais.

When a person (or team or firm or government) decides how to act in dealings with other people (or teams or firms or governments), there must be some cross-effect of their actions; what one does must affect the outcome for the other. For the interaction to become a strategic game, however, we need the participants’ mutual awareness of this cross-effect. What the other person does affects you; if you know this, you can react to his actions, or take advance actions to forestall the bad effects his future actions may have on you and to facilitate any good effects, or even take advance actions so as to alter his future reactions to

your advantage. If you know that the other person knows that what you do affects him, you know that he will be taking similar actions. And so on. It is this mutual awareness of the cross-effects of actions and the actions taken as a result of this awareness that constitute the most interesting aspects of strategy.

When each participant is significant in the interaction, either because each is a large player to start with or because commitments or private information narrow the scope of the relationship to a point where each is an important player *within* the relationship, we must think of the interaction as a strategic game. Such situations are the rule rather than the exception in business, in politics, and even in social interactions. Therefore, the study of strategic games forms an important part of all fields that analyze these matters.

Avinash Dixit *et al.* *Games of strategy*.
New York: W.W. Norton & Coadapted, 2015 (adapted).

Considering to the preceding text, judge the items that follow.

- 41 The words “forestall” and “facilitate” (third sentence of the text) work as antonyms and are being used to convey opposite reactions.

JUSTIFICATIVA - Certo. “Forestall” significa “prevenir” e “facilitate” quer dizer “facilitar”. No contexto em questão, os dois verbos funcionam como antônimos, justamente, porque estão sendo usados para descrever possíveis reações opostas a uma ação inicial.

- 42 Is it correct to infer from the text’s information that in strategic games both parties must be large players since the beginning of the interaction.

JUSTIFICATIVA - Errado. O texto afirma que os envolvidos precisam ser “grandes jogadores”, mas explica que não necessariamente desde o começo da interação. A relação pode ser alterada e os “jogadores” passam então a se comportar como “grandes jogadores”: “When each participant is significant in the interaction, either because each is a large player to start with or because commitments or private information narrow the scope of the relationship to a point where each is an important player *within* the relationship,” [Quando cada participante é significativo na interação, seja porque cada um é um grande jogador para começar ou porque compromissos ou informações privadas estreitam o escopo do relacionamento a um ponto em que cada um é um jogador importante dentro do relacionamento,] ”

- 43 The sentence “For the interaction to become a strategic game, however, we need the participants’ mutual awareness of this cross-effect.” can be correctly rephrased as **However, participants must be reciprocally aware of this cross-effect for the interaction to develop into a strategic game.**

JUSTIFICATIVA - Certo. A reescrita da frase com inversão dos elementos mantém o mesmo sentido do original e não incorre em erro gramatical.<FimJust>

- 44 The text presents a field of study, called strategic games, that uses concepts derived from business and politics to analyze social interactions.

JUSTIFICATIVA - Errado. O texto não fala de jogos estratégicos como um campo de estudo que utiliza conceitos derivados da economia e da política para estudar interações sociais. O texto

explica que o estudo de jogos de estratégia pode servir para compreender situações no campo da economia, da política e de interações sociais: “Such situations are the rule rather than the exception in business, in politics, and even in social interactions. Therefore, the study of strategic games forms an important part of all fields that analyze these matters.” [Tais situações são a regra, e não a exceção, nos negócios, na política e até mesmo nas interações sociais. Portanto, o estudo de jogos estratégicos forma uma parte importante de todos os campos que analisam essas questões.]

- 45 In the first sentence of the text, the phrase “what one does must affect the outcome for the other” functions as an explanation of the previous expression “cross-effect”.

JUSTIFICATIVA - Certo. No primeiro período do texto, lemos: “there must be some cross-effect of their actions; what one does must affect the outcome for the other.” [deve haver algum efeito cruzado de suas ações; o que um faz deve afetar o resultado para o outro.] O termo em questão significa “efeito cruzado” e a oração que o segue explica o modo como esse termo deve ser compreendido no contexto dado.

Magi Richani is the founder of San Francisco-based Nobell Foods, a startup company developing a new kind of cheese made from soybeans. She says plant-based cheese not only accommodates people who can’t consume dairy, but it also could be key to more sustainable food production worldwide. “The reality is that when you raise an animal for food, it’s not just the animals, you are actually growing crops, you are clearing land, and you’re raising the animal for years so it builds biomass,” Richani explained. “It’s an extremely inefficient supply chain.”

Nobell is particularly focused on creating plant-based casein, which is a protein produced when a cow gives birth and is present in the milk for its offspring. It is the ingredient that gives dairy cheese its unique stretchy texture. If Nobell is able to go to market and have the kind of impact it’s hoping to, then plant-based cheese could help us stretch toward a more sustainable future.

Internet: <newsweek.com> (adapted).

Based on the ideas presented in the previous text as well as its linguistic aspects, judge the following items.

- 46 The words “stretch” (last sentence of the text) and “stretchy” (second sentence of the last paragraph), although similar, convey different meanings: “stretchy” refers to a concrete sensation, whereas “stretch” is used in a metaphorical abstract way.

JUSTIFICATIVA - Certo. “Stretchy” significa “elástico” e é um adjetivo derivado de “stretch”, esticar. No entanto, como afirma o item, as duas palavras são usadas de forma diferente no texto. O adjetivo “stretchy” descreve, de maneira concreta, a sensação elástica do queijo feito de leite; enquanto o verbo “stretch”, no texto, é usado de forma metafórica para sugerir que talvez consigamos “nos esticar” rumo a um futuro mais sustentável: “then plant-based cheese could help us stretch toward a more sustainable future.”

- 47 According to the text, Nobell Foods works to implement a more efficient supply chain for the production of dairy cheese.

JUSTIFICATIVA - Errado. No texto, lemos a crítica que a CEO da

empresa Nobell Foods faz à cadeia de produção de produtos de origem animal. No entanto, sua empresa trabalha com produtos feitos à base de plantas. Portanto, o item está errado ao afirmar que a empresa visa tornar mais eficiente a cadeia de produção do “dairy cheese”, uma vez que “dairy” significa “laticínio”, “produto do leite animal”.

- 48 Magi Richani affirms that the motivation to seek the production of plant-based cheese is twofold.

JUSTIFICATIVA - Certo. De fato, segundo o texto, Richani dá dois motivos para justificar sua busca por um bom queijo feito à base de plantas: “She says plant-based cheese not only accommodates people who can’t consume dairy, but it also could be key to more sustainable food production worldwide.” [Ela diz que o queijo vegetal não só atende às pessoas que não podem consumir laticínios, mas também pode ser essencial para uma produção de alimentos mais sustentável em todo o mundo.]

- 49 The word “offspring”, in the first sentence of the last paragraph, can be replaced with **calf** without harming the coherence and the correctness of the text.

JUSTIFICATIVA - Certo. “Offspring” significa prole e “calf” é bezerro. Uma vez que, no texto, a palavra “offspring” está se referindo a filhotes de vacas, a substituição por “calf” é perfeitamente adequada.

No que diz respeito aos agentes públicos, julgue os itens seguintes à luz da Lei Complementar distrital n.º 840/2011, da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 50 Caso se verifique que um servidor acumula ilicitamente cargos públicos, deverá ser imediatamente instaurado processo administrativo disciplinar para apuração e regularização de sua situação funcional.

JUSTIFICATIVA - Errado. Nos termos do art. 48, §§ 1.º a 3.º, da LC n.º 840/2011, caso seja identificada a acumulação ilícita de cargos efetivos, o servidor deverá ser notificado para realizar a opção por um dos cargos. O PAD só deve ser instaurado se o servidor não realizar tal opção.

- 51 Viola a CF a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreça candidatos pertencentes ao quadro funcional de servidores de determinado ente federativo.

JUSTIFICATIVA - Certo. O entendimento do STF é consolidado no sentido da impossibilidade, por razões de inconstitucionalidade, de previsão de regra editalícia em concurso público que favoreça candidatos em razão de serem do serviço público de determinado ente federativo (ADI 5.358, rel. Roberto Barroso, julgamento em 30/11/2020, Pleno, DJe de 15/12/2020).

- 52 Observado o prazo prescricional, a responsabilidade administrativa do servidor pelos atos por ele praticados no exercício de seu cargo permanece mesmo após a sua aposentadoria.

JUSTIFICATIVA - Errado. Nos termos do art. 186, § 1.º, II, da LC n.º 840/2011, o servidor é responsável, do ponto de vista disciplinar, mesmo após a aposentadoria, pelos atos praticados no exercício do cargo, observado o prazo prescricional.

- 53 O candidato aprovado em cadastro de reserva adquirirá o direito subjetivo à nomeação caso sua posição passe a se enquadrar nas vagas imediatas previstas no edital devido à desistência de candidatos nomeados classificados nas vagas imediatas.

JUSTIFICATIVA - Certo. Recentemente, o STF firmou o

entendimento de que o candidato aprovado em cadastro de reserva tem direito à nomeação se candidatos aprovados dentro das vagas imediatas desistirem e, por isso, a nova posição daquele candidato ficar dentro das vagas imediatas (Rcl 55.801 AgR, rel. min. Edson Fachin, julgamento em 24/10/2023, 2.ª Turma, DJe de 8/11/2023).

Em relação aos princípios constitucionais da administração pública e à responsabilidade extracontratual do Estado, julgue os itens a seguir com base na CF e na jurisprudência do STF.

- 54 Em observância aos princípios da publicidade e da impessoalidade, a publicidade dos atos e das campanhas dos órgãos públicos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, deles não podendo constar nomes que caracterizem a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

JUSTIFICATIVA - Certo. Trata-se da norma prevista no art. 37, §1.º, da Constituição Federal de 1988, decorrente, de acordo com a doutrina, dos princípios da publicidade e da impessoalidade.

- 55 Viola os princípios da igualdade e da impessoalidade lei que proíbe a realização de processo seletivo para o recrutamento de estagiários por órgãos e entidades do poder público.

JUSTIFICATIVA - Certo. O STF já declarou a inconstitucionalidade de lei do GDF que proibiu a realização de processo seletivo para o recrutamento de estagiários, uma vez que tal proibição violava os princípios da igualdade e da impessoalidade (ADI 3.795, rel. min. Ayres Britto, julgamento em 24/2/2011, Pleno, DJe de 16/6/2011).

- 56 A responsabilidade extracontratual das pessoas jurídicas de direito público e das de direito privado prestadoras de serviços públicos por atos comissivos é objetiva e baseia-se na teoria do risco administrativo.

JUSTIFICATIVA - Certo. A Constituição Federal de 1988 (art. 37, § 6.º) e a jurisprudência consolidada do STF (e.g. ARE 1.385.315, voto do rel. min. Edson Fachin, julgamento em 11/4/2024, Pleno, DJe de 13/6/2024, Tema n.º 1.237, com mérito julgado) adotam a responsabilidade objetiva com base na teoria do risco administrativo.

No que se refere ao controle da administração pública e ao processo administrativo, julgue os itens a seguir.

- 57 As consequências práticas da decisão e a avaliação das alternativas possíveis não são elementos obrigatórios da atividade de controle exercida pelos tribunais de contas e pelo Poder Judiciário na análise da validade de ato ou contrato administrativo.

JUSTIFICATIVA - Errado. A LINDB (Decreto-lei n.º 4.657/1942) inovou o controle da administração pública ao incorporar a importância do consequencialismo e da avaliação das alternativas possíveis: “Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.”.

- 58 Um órgão administrativo e o seu titular podem delegar parte da sua competência para editar atos normativos a outros órgãos ou titulares, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

JUSTIFICATIVA - Errado. Nos termos do art. 13, I, da Lei n.º

9.784/1999, aplicável ao GDF por força da Lei distrital n.º 2.834/2001, a competência para editar atos normativos é indelegável.

- 59 Pessoas com deficiência física ou mental têm prioridade na tramitação de processos administrativos em qualquer órgão ou instância da administração pública direta ou indireta.

JUSTIFICATIVA - Certo. Lei n.º 9.784/1999: “Art. 69-A. Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado: (...) II pessoa portadora de deficiência, física ou mental;”.

De acordo com a Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens a seguir, referentes a licitações e contratos administrativos.

- 60 As contratações públicas devem submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, sujeitando-se ao controle externo realizado pelos tribunais de contas, que integram a primeira linha de defesa.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os tribunais de contas, como controle externo, integram a terceira linha de defesa, nos termos do art. 169, III, da Lei n.º 14.133/2021.

- 61 Os contratos administrativos devem ter a forma escrita, porém admite-se também sua forma eletrônica, sendo permitido conferir sigilo a seus termos aditivos, quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação que regula o acesso à informação.

JUSTIFICATIVA - Certo. O *caput* do art. 91 da Lei n.º 14.133/2021 determina a forma escrita dos contratos administrativos, seu § 3.º admite a forma eletrônica e seu § 1.º autoriza a manutenção de sigilo em situações específicas, consoante os termos da Lei de Acesso à Informação.

A respeito dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), da aplicabilidade das normas constitucionais, do controle de constitucionalidade e do poder de reforma constitucional, julgue os itens que se seguem.

- 62 As normas programáticas destinam-se a estabelecer formas de atuação futura para o poder público e, apesar de terem eficácia limitada, são providas de certo nível de eficácia jurídica.

JUSTIFICATIVA - Certo. Uma das finalidades das normas constitucionais programáticas é exatamente a definição de políticas públicas e de objetivos para a ação estatal, mas isso não significa que sejam desprovidas de certo nível de eficácia imediata, ainda que não seja plena. Todas as normas constitucionais possuem um mínimo de eficácia, a consistir, por exemplo, em se prestar como parâmetro para o controle de constitucionalidade, bem assim orientar a interpretação normativa e a elaboração da legislação infraconstitucional.

- 63 Em um processo criminal, ainda que observado o devido processo legal, a imposição de prisão ao réu antes da condenação criminal definitiva viola o princípio da dignidade humana.

JUSTIFICATIVA - Errado. A imposição de prisão antes de condenação criminal definitiva, ou seja, a imposição das chamadas prisões cautelares, não fere o princípio da dignidade humana, desde que se faça de acordo com o devido processo legal. A CF não prevê proibição apriorística de prisão processual.

- 64 O controle difuso de constitucionalidade ocorre na via judicial e, no curso de determinado processo judicial concreto, qualquer uma das partes pode vir a suscitar, de

forma incidental, uma controvérsia de natureza constitucional.

JUSTIFICATIVA - Certo. A característica essencial do controle incidental de constitucionalidade consiste no fato de que ele costuma ocorrer na via judicial, suscitado por qualquer das partes, pelo Ministério Público ou, de ofício, pelo órgão jurisdicional, e vale, em regra, apenas para a decisão daquele processo.

- 65 Os limites impostos pelo poder reformador são previstos apenas no texto constitucional, como forma de reduzir a amplitude desse poder, que emana do povo.

JUSTIFICATIVA - Errado. Apesar de, realmente, o poder reformador se originar no povo, que o exerce de forma indireta, por seus representantes, esse poder não esbarra apenas em limitações explícitas na constituição, mas também em limites implícitos, de modo a não descaracterizar o próprio sistema constitucional.

No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos e aos direitos políticos, julgue os itens seguintes.

- 66 O *habeas corpus* é uma ação tipicamente constitucional que visa proteger um direito fundamental e evitar ofensa à liberdade de locomoção, sendo necessária a constituição de advogado para a sua propositura.

JUSTIFICATIVA - Errado. A ação de *habeas corpus* é, de fato, um direito fundamental previsto na CF (art. 5.º, inciso LXVIII), mas, para sua propositura, não é necessário constituir advogado, pois essa ação tem natureza de ação popular, isto é, qualquer pessoa pode requerer ordem de *habeas corpus*.

- 67 Os casos de inelegibilidade, que se caracterizam como formas de restrição dos direitos políticos, são previstos tanto na CF quanto em legislação infraconstitucional relativa ao tema.

JUSTIFICATIVA - Certo. Tanto a CF estabelece, em si, casos de inelegibilidade como autoriza, no seu art. 14, § 9.º, que a legislação infraconstitucional, via lei complementar, preveja outros. Esses casos estão disciplinados na Lei das Inelegibilidades — Lei Complementar n.º 64/1990, alterada, entre outras, pela Lei Complementar n.º 135/2010 (a chamada Lei da Ficha Limpa). <FimJust>

A respeito do Estado federal brasileiro e da administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 68 Para preservar a autonomia dos estados-membros conforme o modelo brasileiro de Federação, a CF só autoriza intervenção quando existir relevante razão de interesse público, de acordo com livre critério discricionário do governador de estado.

JUSTIFICATIVA - Errado. A intervenção, como mecanismo que reduz a autonomia dos entes federativos, não pode ser decretada segundo critério livremente discricionário do governador de estado, mas apenas nas hipóteses taxativamente previstas na CF.

- 69 É compatível com o princípio da impessoalidade a conduta da administração pública de executar políticas públicas destinadas a fomentar a igualdade material — ou a diminuir a desigualdade — entre grupos sociais em situações distintas.

JUSTIFICATIVA - Certo. O princípio da impessoalidade, entre outras manifestações, impõe à administração pública evitar tratamentos injustificadamente favorecedores de indivíduos e de grupos, mas não colide com a adoção de políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades, até porque construir uma sociedade justa e reduzir as desigualdades são objetivos constitucionais da própria República (CF, art. 3.º, I e III).

No que se refere ao processo legislativo e às comissões parlamentares de inquérito (CPI), julgue os itens a seguir.

70 Uma das formas de o chefe do Poder Executivo participar do processo legislativo se dá pela sanção, que representa a sua concordância, expressa ou tácita, com projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo.

JUSTIFICATIVA - Certo. A sanção do chefe do Poder Executivo (presidente da República, governador de estado ou prefeito municipal) consiste na concordância dele com projeto de lei aprovado no Poder Legislativo. Ela pode ocorrer de forma expressa ou tácita — nesta última hipótese, o chefe do Poder Executivo não veta, no prazo constitucional, o projeto.

71 Pode ser criada CPI para elucidar fatos determinados de interesse público, mas não para apurar fatos que já sejam objeto de investigação criminal do Ministério Público ou da polícia.

JUSTIFICATIVA - Errado. As CPI devem ter como objeto fato oriundo de determinação constitucional (art. 58, § 3.º), mas nada impede que se destinem a esclarecer fatos potencialmente típicos (do ponto de vista penal), ainda que já sejam objeto de investigações do Ministério Público e da polícia.

Acerca do Poder Judiciário e do Ministério Público, julgue os itens seguintes.

72 As causas que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem competência para julgar dividem-se entre aquelas que lhe chegam por meio da interposição de recursos e aquelas que são iniciadas diretamente nesse tribunal.

JUSTIFICATIVA - Certo. Essa divisão de causas corresponde aos dois conjuntos que tecnicamente constituem a competência recursal (causas que chegam ao STF por meio de recursos previstos na legislação processual) e a competência originária (causas que se iniciam diretamente no STF, isto é, que já principiam nele).

73 Apesar da garantia de vitaliciedade dos membros do Ministério Público, é possível a perda do seu cargo em razão de decisão judicial ou de sanção administrativa, sendo-lhes permitido o afastamento de suas funções apenas em caso de licença ou aposentadoria.

JUSTIFICATIVA - Errado. O membro do Ministério Público não poderá perder seu cargo por sanção administrativa. De acordo com o art. 128, § 5.º, I, “a”, da CF, não poderá perder seu cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

Em relação à natureza, competência e jurisdição do TCDF, segundo a sua lei orgânica, julgue os itens seguintes.

74 Compete ao TCDF julgar as contas do governador do DF e dos demais administradores de valores públicos.

JUSTIFICATIVA - Errado. O TCDF não detém competência para julgar as contas do governador do DF, mas apenas para apreciá-las e emitir parecer prévio para subsidiar o julgamento a ser realizado pela Câmara Legislativa do DF, e não pela corte de contas. É o que dispõe o art. 1.º, I, da Lei Orgânica do TCDF.

75 Diferentemente do que ocorre com os atos de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, os atos de concessão de aposentadoria por invalidez não são registrados pelo TCDF, uma vez que seguem o rito próprio conduzido pela junta médica oficial do órgão.

JUSTIFICATIVA - Errado. No registro dos atos de concessão de aposentadoria, a CF e a lei não fazem qualquer distinção em relação à aposentadoria por invalidez. Assim, o ato de concessão da

aposentadoria por invalidez também deve ser registrado pelo TCDF tal como as demais modalidades de aposentadoria. É o que dispõe o art. 1.º, III, da Lei Orgânica do TCDF.

76 A indicação de nome para preenchimento de cargos comissionados nos setores de apoio administrativo do TCDF, excetuados os cargos relativos aos gabinetes da Presidência da corte, dos conselheiros e dos auditores, depende de prévia aprovação em sessão administrativa.

JUSTIFICATIVA - Certo. Como regra, o provimento de cargos em comissão no TCDF depende de prévia aprovação em sessão administrativa. As únicas exceções são os cargos comissionados referentes aos gabinetes da Presidência, dos conselheiros e dos auditores, de acordo com o disposto no art. 4.º, § 2.º, da Lei Orgânica do TCDF.<FimJust>

77 O TCDF pode fiscalizar de ofício irregularidade na aplicação de recurso público distrital, independentemente da iniciativa de qualquer órgão ou autoridade.

JUSTIFICATIVA - Certo. Os tribunais de contas podem agir tanto de ofício quanto por provocação através da iniciativa de algum órgão ou autoridade pública. No âmbito do TCDF, essa possibilidade está prevista no art. 1.º, § 3.º, da Lei Orgânica do TCDF.

A respeito da composição do TCDF, do seu Plenário, das suas câmaras e das competências do seu presidente, julgue os itens que se seguem.

78 O auditor, ao substituir um conselheiro, terá as mesmas garantias e prerrogativas do titular, não podendo, entretanto, tomar parte nas eleições para presidente do TCDF.

JUSTIFICATIVA - Certo. O item está certo e evidencia a interpretação e a aplicação conjunta do art. 63, § 3.º, c/c art. 67, § 8.º, da Lei Orgânica do TCDF.

79 Cabe ao presidente dirigir o TCDF, devendo aquele solicitar autorização do Plenário do tribunal para movimentar as dotações e os créditos orçamentários do órgão.

JUSTIFICATIVA - Errado. A competência do presidente do TCDF para movimentar as dotações e os créditos orçamentários do órgão independe de autorização do plenário da corte, conforme estabelece o art. 68, I e IV, da Lei Orgânica do TCDF.

80 É facultado ao TCDF dividir-se em câmaras e, caso não opte por essa divisão, a corte funcionará com apenas um órgão colegiado deliberativo, o Plenário, sem que isso ocasione qualquer prejuízo à regularidade da atuação do tribunal.

JUSTIFICATIVA - Certo. O TCDF não é obrigado a constituir órgãos fracionários de julgamento (câmaras), cuja criação depende, inclusive, de quórum qualificado de votação. A ausência de câmaras não tem qualquer relação com a regularidade ou não da atuação da corte de contas, conforme se depreende do art. 66 da Lei Orgânica do TCDF.

A respeito dos conselheiros, dos auditores e do Ministério Público, julgue os itens seguintes, de acordo com a Lei Orgânica do TCDF.

81 O requisito de notório conhecimento jurídico, contábil, econômico e financeiro ou de administração pública para ocupar o cargo de conselheiro pode ser substituído pela comprovação do exercício, por mais de 10 anos, de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os requisitos legais para ocupar o

cargo de conselheiro não podem ser substituídos. Os dois predicativos mencionados na assertiva são requisitos cumulativos, e não alternativos, ou seja, o conselheiro do TCDF deve possuir, além do notório conhecimento em alguma das áreas técnicas mencionadas, a experiência profissional de mais de 10 anos. O art. 69 da Lei Orgânica do TCDF dispõe acerca dos requisitos para ocupar o cargo de conselheiro do TCDF.

- 82 Integram o Ministério Público que atua junto ao TCDF procurador-geral, procurador-corregedor e procurador-ouvidor, eleitos para mandato de 2 anos, permitida uma recondução. JUSTIFICATIVA - Certo. O Ministério Público junto ao TCDF possui procurador-geral, procurador-corregedor e procurador-ouvidor. O mandato de cada uma dessas funções é de 2 anos, admitindo-se apenas uma recondução pelo mesmo período. Logo, o prazo consecutivo máximo de desempenho de cada uma daquelas funções é de 4 anos. É o que dispõem os arts. 76-A e 76-B da Lei Orgânica do TCDF.
- 83 Os conselheiros e os auditores do TCDF adquirem a vitaliciedade com a posse nos respectivos cargos. JUSTIFICATIVA - Errado. Somente os conselheiros adquirem a vitaliciedade com a posse no cargo. A vitaliciedade dos auditores é adquirida após dois anos de exercício no cargo, nos termos do art. 75, *caput*, da Lei Orgânica do TCDF.

Em relação aos serviços auxiliares do TCDF, julgue os itens a seguir.

- 84 Ao servidor responsável pela execução dos serviços administrativos no TCDF é assegurada a prerrogativa de livre ingresso em órgãos e entidades sujeitos à jurisdição desse tribunal de contas. JUSTIFICATIVA - Errado. A prerrogativa de livre ingresso em órgãos e entidades sujeitos à jurisdição do tribunal de contas é atribuída apenas ao servidor que exerce funções específicas de controle externo no TCDF, ou seja, não alcança os servidores responsáveis pela execução dos serviços administrativos. É o que dispõe o art. 77, *caput*, c/c art. 78, *caput*, e art. 79, I, da Lei Orgânica do TCDF.
- 85 Os servidores integrantes dos serviços auxiliares do TCDF fazem jus a assistência médica e hospitalar, e as suas remunerações mensais não podem ultrapassar o valor da remuneração total recebida por conselheiro desse

tribunal. JUSTIFICATIVA - Certo. Os servidores do TCDF têm direito a assistência médica e hospitalar, cuja promoção compete ao presidente do tribunal, assim como têm como teto remuneratório a remuneração dos conselheiros, consoante estabelecem o art. 80 e art. 81, *caput*, da Lei Orgânica do TCDF.

Acerca da relação existente entre ética, moral e democracia e da ética no setor público, julgue os itens a seguir.

- 86 Entre os aspectos éticos que marcam o regime democrático brasileiro, inclui-se o voto universal, cujo valor individual é igual para todos, independentemente de raça, gênero ou classe social do cidadão que o exerça. JUSTIFICATIVA - Certo. Na democracia prevalece a igualdade quando se trata do voto universal: o voto do mais rico e o do mais pobre têm igual valor.
- 87 A conduta ética do servidor público resume-se a ele se comportar estritamente de acordo com o que é permitido pelos regramentos legais. JUSTIFICATIVA - Errado. Além de comportar-se de acordo com o que é permitido pela lei, o servidor público deve basear sua conduta ética na motivação, no esmero, no gosto com que realiza seu ofício para cumprir seus deveres ou para fazer mais do que a função lhe prescreve. Há certos aspectos do serviço público que não se medem pelo simples cumprimento exterior das normas, mas também pela qualidade com que as regras são observadas.
- 88 Não é possível o estabelecimento legal de uma regra de conduta que se distancie dos ideais morais. JUSTIFICATIVA - Errado. É possível que uma regra de conduta ética não seja compatível com um ideal moral.
- 89 A adoção de uma conduta efetivamente ética pelo servidor público pressupõe que ele compreenda o papel do serviço público para com a sociedade, exercendo sua função com cortesia, presteza e eficiência, não por medo de punição, mas por consciência de que essa é a conduta correta a ser adotada. JUSTIFICATIVA - Certo. Age eticamente o servidor que, independentemente do que determinar o código de ética profissional, atua com cortesia e presteza, não por medo de punição, mas por consciência livre e autônoma de que isso é o correto a ser feito.

De acordo com a Lei Complementar distrital n.º 840/2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, julgue os itens seguintes.

- 90 Em razão de fundados indícios de evolução patrimonial incompatível com a remuneração de determinado auditor do TCDF, poderá ser determinada a instauração de sindicância patrimonial pelo presidente do TCDF. JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme previsto no art. 216 da LC n.º 840/2011, “Art. 216. Diante de fundados indícios de enriquecimento ilícito de servidor ou de evolução patrimonial incompatível com a remuneração ou subsídio por ele percebido, pode ser determinada a instauração de sindicância patrimonial. § 1.º São competentes para determinar a instauração de sindicância patrimonial: I o Presidente da Câmara Legislativa ou do Tribunal de Contas, nos respectivos órgãos;”.
- 91 A sanção de suspensão deve ser aplicada ao servidor que praticar infração disciplinar média ou reincidir na prática de infração disciplinar leve, sendo consequência de tal sanção o afastamento do servidor do exercício de suas funções, sem prejuízo do recebimento de sua remuneração no período em que ele estiver afastado. JUSTIFICATIVA - Errado. Em que pese a correção da primeira parte da assertiva, a parte final é errada ao mencionar que o afastamento ocorrerá sem prejuízo da remuneração do servidor. Conforme previsto no art. 200 da LC n.º 840/2011, “A suspensão é a sanção por infração disciplinar média pela qual se impõe ao servidor o afastamento compulsório do exercício do cargo efetivo, com perda da remuneração ou subsídio dos dias em que estiver afastado.”.
- 92 A conduta do servidor público de recusar fê a documento público é infração classificada como média. JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme previsto no art. 190, VI, da LC n.º 840/2011, “Art. 190. São infrações leves: VI recusar fê a documento público;”.
- 93 O servidor não pode ser responsabilizado administrativamente por conduta em relação à qual tenha sido absolvido penalmente, em decisão judicial transitada em julgado, por negativa de autoria. JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme previsto no art. 181, § 2.º, da LC

n.º 840/2011: “§ 2.º A responsabilidade administrativa do servidor é afastada no caso de absolvição penal que negue a existência do fato ou sua autoria, com decisão transitada em julgado.”.

- 94 A caracterização da reincidência, no âmbito disciplinar, pressupõe o cometimento de nova infração disciplinar que seja ou do mesmo grupo ou da mesma classe da infração anteriormente cometida, ainda que envolvidos aspectos fáticos distintos.
JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme previsto no art. 189 da LC n.º 840/2011, “Para efeitos desta Lei Complementar, considera-se reincidência o cometimento de nova infração disciplinar do mesmo grupo ou classe de infração disciplinar anteriormente cometida, ainda que uma e outra possuam características fáticas diversas.”.
- 95 A determinação da perda do cargo público por decisão judicial transitada em julgado não dispensa a instauração de processo administrativo disciplinar, sob pena de inobservância do devido processo legal.JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme previsto no art. 185 da LC n.º 840/2011, “A perda do cargo público ou a cassação de aposentadoria determinada em decisão judicial transitada em julgado dispensa a instauração de processo disciplinar e deve ser declarada pela autoridade competente para fazer a nomeação.”.
-

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS --

A respeito de computação em nuvem, julgue os itens a seguir.

- 96 A nuvem privada de uma organização pode ser uma infraestrutura controlada por um provedor de serviços, desde que os recursos não sejam compartilhados em uma nuvem pública.

JUSTIFICATIVA - Certo. Nuvem privada pode ser considerada uma nuvem criada na rede interna de uma empresa, em que a infraestrutura física é totalmente controlada e utilizada pela própria organização.

- 97 No modelo PaaS, o sistema operacional é um dos recursos computacionais que são necessariamente controlados pelo usuário.

JUSTIFICATIVA - Errado. Nessa modalidade de computação em nuvem, o usuário pode instalar e gerenciar as próprias aplicações, desenvolvidas por ele ou adquiridas de terceiros, utilizando as ferramentas e bibliotecas oferecidas pelo provedor. Logo, o uso de PaaS elimina a necessidade de comprar, configurar e gerenciar recursos de *hardware* e *software*, entre os quais, o sistema operacional.

Acerca de virtualização, julgue os próximos itens.

- 98 *Workload*, conceito que representa a demanda de aplicações a serem processadas, é utilizado para o correto dimensionamento de uma infraestrutura virtualizada.

JUSTIFICATIVA - Certo. *Workload* constitui-se dos dados a serem processados e das instruções a serem executadas sobre estes dados. Define a qualidade de serviço percebida pelo usuário na ponta e varia de acordo com a aplicação a ser processada. Assim, *workload* é definido pela demanda da aplicação e combina solicitações como transações *online*, *batch jobs*, consultas *ad hoc*, *data warehousing*, consultas analíticas e comandos dirigidos à aplicação.

- 99 A virtualização de um servidor físico ocorre exclusivamente mediante seu particionamento em vários servidores lógicos.

JUSTIFICATIVA - Errado. A virtualização pode ser o particionamento de um servidor físico em vários servidores lógicos ou pode ser uma camada de abstração entre o *hardware* e o *software*, a qual protege o acesso direto do *software* aos recursos físicos do *hardware*.

Julgue os itens subsecutivos, relativos a tecnologias de armazenamento.

- 100 São necessários dois ou mais discos para a implementação do nível RAID-1.

JUSTIFICATIVA - Certo. Para a implementação do nível RAID-1, são necessários dois discos ou mais. O funcionamento desse nível é simples: todos os dados são gravados em discos diferentes; se um disco falhar ou for removido, os dados preservados no outro disco evitam a descontinuidade da operação do sistema.

- 101 Os protocolos NFS e iSCSI, utilizados para compartilhamento de dados, atuam em nível de bloco.

JUSTIFICATIVA - Errado. O NFS permite o compartilhamento remoto de dados no nível do arquivo, enquanto o iSCSI permite esse tipo de compartilhamento no nível do bloco.

A respeito de *backup* e de ILM (*information lifecycle management*), julgue os seguintes itens.

- 102 Na fase de arquivamento de dados do ILM, os dados são gerenciados quanto aos quesitos de segurança e disponibilidade.

JUSTIFICATIVA - Errado. O armazenamento de dados é realizado em sistemas de armazenamento de arquivo, bloco ou objeto. A fase

que leva em conta os quesitos de segurança e disponibilidade é o gerenciamento de dados.

- 103 No processo de CDP (*continuous data protection*), um dado modificado é instantaneamente copiado para um sistema de *backup*.

JUSTIFICATIVA - Certo. CDP (*continuous data protection*), também conhecido como *continuous backup*, é um sistema de armazenamento de *backup* e recuperação no qual todos os dados em uma empresa são copiados sempre que alguma alteração é feita. Um sistema de *backup* CDP com armazenamento em disco oferece recuperação de dados quase em tempo real. A recuperação acontece em questão de segundos.

Julgue os próximos itens, relativos a DevOps e Kubernetes.

- 104 A implantação contínua é uma estratégia no desenvolvimento de *software* em que as alterações de código em um aplicativo são liberadas automaticamente no ambiente de produção.

JUSTIFICATIVA - Certo. A implantação contínua é uma estratégia de desenvolvimento de *software* em que as mudanças no código em um aplicativo são liberadas automaticamente no ambiente de produção. Esta automação é orientada por uma série de testes predefinidos. Depois que as novas atualizações passam nesses testes, o sistema envia as atualizações diretamente para os usuários do *software*.

- 105 O CRI (*container runtime interface*) é o principal protocolo para a comunicação entre o *kubelet* e o *container runtime*.

JUSTIFICATIVA - Certo. O *container runtime interface* CRI é uma interface de *plugin* que permite que o *kubelet* use uma grande variedade de tempos de execução de contêiner, sem a necessidade de recompilar os componentes do cluster. O *container runtime interface* (CRI) é o principal protocolo para a comunicação entre os *kubelet* Container Runtime.

- 106 Um *statefulset* define os *pods* que fornecem instalações e serviços com armazenamento não persistente, de forma que a operação do *cluster* seja executada sem acoplamento; assim, cada *pod* pode executar suas funções sem a necessidade de fazer parte de um complemento.

JUSTIFICATIVA - Errado. A definição apresentada é a de *daemonset*. Um *statefulset* executa um grupo de *pods* e mantém uma identidade “pegajosa” para cada um desses *pods*. Isso é útil para o gerenciamento de aplicativos que precisam de **armazenamento persistente** ou uma identidade de rede estável e exclusiva.

- 107 Um *configmap* é um objeto de API usado para armazenar dados confidenciais em pares de chave-valor e apresenta como vantagem a criptografia nativa e leve para *pods*.

JUSTIFICATIVA - Errado. Um *configmap* é um objeto de API usado para armazenar dados **não confidenciais** em pares de chave-valor.

- 108 *Pod*, por padrão, executa um *container* (*unique container image*), assim, caso seja necessário encapsular uma aplicação composta de vários *containers* fortemente acoplados, faz-se necessário criar vários *pods* correlacionados no *registry*.

JUSTIFICATIVA - Errado. *Pods* que executam vários contêineres precisam trabalhar juntos. Um *pod* pode encapsular uma aplicação composta de vários contêineres colocalizados são fortemente acoplado e precisa compartilhar recursos. Esses contentores colocalizados formam uma única unidade coesa.

109 O comando `kubeadm init` inicializa um Kubernetes *worker* e o conecta ao *cluster* existente.

JUSTIFICATIVA - Errado. O comando que executa essa ação é o `kubeadm join`.

110 No *ingress*, os caminhos que não incluem um *pathType* explícito falharão na validação.

JUSTIFICATIVA - Certo. Cada caminho no *ingress* deve ter um tipo de caminho correspondente. Os caminhos que não incluem um *pathType* explícito falharão na validação.

111 A execução do comando `kubectl get services` lista todos os serviços que estão no *namespace*, descrevendo os nomes dos *Pods* e *nodes* associados ao *cluster* conectado.

JUSTIFICATIVA - Errado. A execução desse comando listará apenas os serviços, sem *Pods* e *nodes*.

112 O *ingress* permite o gerenciamento de rotas HTTPS de fora do *cluster* para um serviço dentro do *cluster*, sendo o roteamento do tráfego controlado por regras definidas no próprio *ingress*.

JUSTIFICATIVA - Certo. O *ingress* permite o gerenciamento de rotas HTTP e HTTPS de fora do *cluster* para serviços dentro do *cluster*. O roteamento do tráfego é controlado por regras definidas no próprio *ingress*.

113 Helm permite que se instalem e(ou) se atualizem aplicativos do Kubernetes.

JUSTIFICATIVA - Certo. Como gerenciador de pacotes para Kubernetes, o Helm permite que se aplique o mesmo *framework* de configuração a várias instâncias por meio de substituições de variável, com base no que é mais importante para sua configuração.

No que se refere a comutação de circuitos e de pacotes, modelos OSI e TCP/IP, tecnologias de redes locais, fibras ópticas e redes sem fio, julgue os itens a seguir.

114 O quadro do padrão IEEE 802.11 acomoda até quatro campos para endereços de 6 bytes estruturados à semelhança dos endereços MAC do padrão Ethernet, contudo o quarto campo somente estará presente quando múltiplos *access points* estiverem em uso em uma rede com infraestrutura estendida.

JUSTIFICATIVA - Certo. Nesse padrão, existem quatro campos de endereço possíveis, cada um com 6 bytes de comprimento e estruturados da mesma forma que os endereços MAC Ethernet. O quarto campo só está presente quando vários APs estão em uso em um ESS. O significado de cada campo de endereço depende do valor dos sinalizadores DS no campo FC.

115 Em comparação às fibras multimodo, as fibras ópticas de modo único normalmente têm diâmetro menor, são mais caras e amplamente usadas para transmissões por longas distâncias.

JUSTIFICATIVA - Certo. Se o diâmetro da fibra for reduzido a alguns comprimentos de onda de luz, a fibra agirá como um guia de onda e a luz só poderá se propagar em linha reta, sem ricochetear. Assim são produzidas as fibras de modo único (ou fibras monomodo), que são mais caras, porém amplamente utilizadas para distâncias mais longas.

116 Enquanto, na comutação de pacotes, há a necessidade de se estabelecer previamente um caminho entre origem e destino para o subsequente envio dos pacotes de dados, na comutação de circuitos, os dados são enviados tão logo estejam disponíveis, configurando o circuito em tempo real de transmissão.

JUSTIFICATIVA - Errado. Uma propriedade importante da

comutação de circuitos é a necessidade de se estabelecer um caminho ponta a ponta antes que qualquer dado possa ser enviado.

117 No modelo de referência TCP/IP, quaisquer funções necessárias de sessão e apresentação, tais quais definidas no modelo OSI, são desempenhadas pelas camadas de transporte ou de Internet, suplementando a falta das camadas não definidas.

JUSTIFICATIVA - Errado. Eventuais necessidades de sessão e apresentação são implementadas na camada de aplicação do modelo TCP/IP.

118 Tal qual nos padrões Ethernet e Fast Ethernet, o padrão 10-Gigabit Ethernet admite operação *half-duplex* e emprega o protocolo CSMA/CD para a detecção de colisões no tráfego.

JUSTIFICATIVA - Errado. O padrão 10-Gigabit Ethernet admite apenas operação *full duplex* e não usa o CSMA/CD.

Acerca de BGP, DNS, POP3, SMTP e MIB, julgue os itens a seguir.

119 MIB privados visam oferecer informações de gerenciamento específicas para determinados ativos não cobertas por objetos MIB padrão e normalmente são projetados pelos próprios fabricantes dos produtos a serem gerenciados.

JUSTIFICATIVA - Certo. Objetos MIB padrão são projetados para uma ampla variedade de tecnologias e dispositivos de rede. Esses objetos MIB cobrem uma grande variedade de possibilidades, mas sempre há situações e condições das quais um gerente de rede deve estar ciente de que não são cobertas por um objeto MIB padrão. O MIB privado oferece uma maneira de permitir que informações de gerenciamento específicas para determinados ativos não cobertas por objetos MIB padrão sejam acessadas pelo gerente de rede.

120 No protocolo BGP, *AS_PATH* e *NEXT_HOP* são exemplos de atributos obrigatórios e *LOCAL_PREF* é um exemplo de atributo não obrigatório.

JUSTIFICATIVA - Certo. No protocolo BGP, *AS_PATH* e *NEXT_HOP* são exemplos de atributos obrigatórios e *LOCAL_PREF* é um exemplo de atributo não obrigatório.

121 O protocolo POP3 é responsável por enviar e recuperar *emails*, enquanto o SMTP mantém e controla o acesso às caixas postais dos usuários.

JUSTIFICATIVA - Errado. POP3 não envia *email*, apenas recebe. IMAP é o protocolo que mantém e controla o acesso às caixas postais. SMTP atua no envio e recebimento de mensagens entre servidores.

122 Por questões de segurança, os servidores DNS mais modernos são configurados para aceitar somente atualizações autorizadas e assinadas digitalmente, e os servidores DNS de mais alto nível não aceitam atualizações dinâmicas de nenhuma origem.

JUSTIFICATIVA - Certo. No passado, a disposição dos servidores DNS de aceitar atualizações de qualquer fonte, quando oferecidas, era uma grande fraqueza de segurança. Os servidores DNS modernos aceitam apenas atualizações autorizadas e assinadas digitalmente, e servidores DNS de nível mais alto nunca aceitam atualizações dinâmicas de ninguém.

A respeito de métodos de autenticação, julgue os próximos itens.

123 Usar SMS para envio de *tokens* de acesso e de autenticação é uma técnica que garante sigilo contra interceptação do *token* por terceiros, já que o SMS trafega cifrado fim a fim, logo, mesmo que o *token* consiga ser interceptado, ele será inútil

para um atacante, por estar criptografado.

JUSTIFICATIVA - Errado. Por padrão, SMS não trafega cifrado fim a fim. Logo, ele não oferece garantia de sigilo contra interceptação do *token* por um atacante.

- 124 JWT (JSON *web tokens*) é um método de *token* criptografado com chave pública baseada em biometria de autenticação e, portanto, pode funcionar integrado ao celular de um usuário.

JUSTIFICATIVA - Errado. JWT é um tipo de *token* de autenticação, entretanto não é baseado em biometria de autenticação do celular do usuário.

Considerando os tipos de ataques comuns a redes de computadores e sistemas, julgue os itens a seguir.

- 125 Um ataque do tipo SQL *injection* requer a existência de uma falha na aplicação relacionada com a sanitização de parâmetros, de modo que um *hacker* possa enviar comandos SQL para o banco de dados por meio da aplicação exposta.

JUSTIFICATIVA - Certo. O ataque SQL *injection* é um tipo de ataque por meio do qual o atacante envia comandos SQL para a aplicação e esta não faz a sanitização de parâmetros, sendo esse código enviado para o banco de dados como se fosse legítimo.

- 126 Em um ataque DDoS, que é normalmente volumétrico e torna os sistemas indisponíveis para usuários legítimos, pode haver vários IPs de origem e um ou múltiplos endereços IPs de destino na rede do alvo.

JUSTIFICATIVA - Certo. Um ataque DDoS pode ter vários IPs de origem direcionados a um ou vários IPs de destino. Normalmente, é um ataque volumétrico, que gera a indisponibilidade do sistema atacado.

Acerca de VPN (*virtual private network*), julgue os seguintes itens.

- 127 Em uma implantação de VPN *user-to-site*, o usuário, por meio de um cliente VPN e com suas respectivas configurações e credenciais, acessa o concentrador VPN, e este, por sua vez, valida as credenciais e estabelece o túnel, obedecendo aos parâmetros definidos pela política de acesso.

JUSTIFICATIVA - Certo. Trata-se do processo básico de autenticação de usuário em uma VPN *user-to-site*. O concentrador fecha o túnel com os parâmetros estabelecidos na política de acesso.

- 128 Um dos algoritmos simétricos implantados no túnel de uma VPN *site-to-site* é o SHA256.

JUSTIFICATIVA - Errado. Túneis VPN usam algoritmos simétricos para criação do túnel entre *sites*. SHA256 não é um algoritmo simétrico, logo ele não pode ser utilizado da maneira descrita. SHA256 é um algoritmo digestor de mensagem.

Julgue os itens subsequentes, relativos a análise de tráfego.

- 129 Quando corretamente configurado, o Wireshark é capaz de gerar gráficos de fluxo entre os elementos de rede que constem na captura de dados de rede.

JUSTIFICATIVA - Certo. O Wireshark gera gráficos de fluxo se corretamente configurado a partir dos pacotes capturados da rede.

- 130 Para que o Wireshark seja utilizado em um sistema Windows 11, é necessário um *driver* de dispositivo que, uma vez instalado, permite que qualquer usuário sem poderes administrativos altere configurações da placa de rede no computador em questão.

JUSTIFICATIVA - Errado. É necessário um *driver* de dispositivo para o Wireshark funcionar, mas, para alterar configurações de

interfaces de redes no Windows 11, são necessários poderes administrativos.

Julgue os itens a seguir, em relação a dispositivos de segurança e a *softwares* maliciosos.

- 131 *Rootkits* conseguem ocultar a existência de *malware* em sistemas operacionais, sendo capazes de interceptar e modificar chamadas de programas normais ao sistema operacional.

JUSTIFICATIVA - Certo. *Rootkits* são programas que ocultam a existência de *malware*, interceptando/conectando e modificando chamadas de programas normais às APIs do sistema operacional.

- 132 Os *firewalls* de rede fazem a filtragem de pacotes na rede e realizam um tipo de ação de acordo com as regras implementadas; em situações normais, trabalham nas camadas 3 e 4 da pilha TCP/IP.

JUSTIFICATIVA - Certo. *Firewalls* de rede trabalham principalmente nas camadas 3 e 4 do TCP/IP, fazendo a verificação do que passa por ele e tomando uma ação de acordo com a política de segurança implementada.

- 133 *Proxies* de rede são elementos de controle de fluxo de dados e normalmente operam nas camadas física e de enlace nas redes.

JUSTIFICATIVA - Errado. *Proxies* de rede são elementos que trabalham na camada de aplicação e, em alguns casos, na camada de transporte.

Acerca do gerenciamento de serviços com base na ITIL v4, julgue os itens a seguir.

- 134 Para minimizar riscos de impactos na operação de serviços, o gerenciamento de mudanças deve ser isolado das demais práticas aplicadas aos serviços de tecnologia da informação.

JUSTIFICATIVA - Errado. O gerenciamento de mudanças deve estar integrado a outras práticas, para garantir que as mudanças sejam corretamente implementadas e mitigar o risco na operação dos serviços.

- 135 No processo de gerenciamento de incidentes, a identificação da causa raiz de uma indisponibilidade total em um serviço de tecnologia da informação deve ocorrer ainda que o tempo de restauração seja maior que o de uma solução de contorno.

JUSTIFICATIVA - Errado. No processo de gerenciamento de incidentes, o ponto principal é a restauração do serviço à normalidade o mais rápido possível, mesmo que por meio de uma ação de contorno temporária. A busca de uma causa raiz não deve ocorrer nesse processo de gerenciamento de incidentes, e sim no gerenciamento de problemas, então não é previsto aumentar o tempo de solução de um incidente para a busca da sua causa raiz.

- 136 A identificação de oportunidades de melhoria em serviços existentes e em novos serviços criados está associada à prática de melhoria contínua.

JUSTIFICATIVA - Certo. A prática de melhoria contínua tem como foco identificar e executar melhorias em todas as áreas, serviços e práticas, inclusive no que já funciona e no que é novo.

- 137 SLM (*service level management*) é o processo responsável por gerenciar o relacionamento com fornecedores e garantir o cumprimento do SLA (*service level agreement*) associado a eles.

JUSTIFICATIVA - Errado. O gerenciamento de relacionamento com fornecedores é conhecido na ITIL v4 pela prática de *supplier management*. O SLM é voltado a garantir que os SLA com os clientes sejam atendidos, e não a gerenciar relacionamentos com

fornecedores.

A respeito do COBIT 2019, julgue os itens subsecutivos.

138 O COBIT 2019 é compatível com outros *frameworks*, como a ITIL v4, por exemplo.

JUSTIFICATIVA - Certo. O COBIT tem compatibilidade com outros *frameworks* e normas, inclusive a ITIL.

139 O COBIT 2019 possui um modelo conhecido como capacidade de governança e gestão, que visa avaliar as práticas de governança de tecnologia da informação em uma organização.

JUSTIFICATIVA - Certo. O COBIT 2019 possui um modelo de capacidade de governança e gestão, que basicamente é uma evolução do antigo modelo de maturidade, capaz de avaliar, de forma mais detalhada e contínua, as capacidades de governança de TI da organização.

Julgue os itens seguintes de acordo com o disposto na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

140 O teor e o grau de imprescindibilidade da informação à segurança da sociedade ou do Estado são critérios a serem considerados na classificação do grau de sigilo de uma informação conforme estabelece a referida lei.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme o art. 24 da Lei de Acesso à Informação, “A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada”.

141 O prazo máximo de restrição de acesso às informações classificadas em qualquer dos graus de sigilo previstos na lei pode ser renovado quantas vezes forem necessárias, desde que o órgão público o justifique.

JUSTIFICATIVA - Errado. A Lei de Acesso à Informação permite a prorrogação do prazo de sigilo das informações ultrassecretas somente uma única vez.

142 Nos termos da referida lei, classificam-se como supersecretas as informações cujo tempo máximo de sigilo é de vinte anos.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme a Lei de Acesso à Informação, as informações são classificadas, quanto ao sigilo, em ultrassecretas, secretas e reservadas. Portanto, não existe a classificação citada no item.

143 É permitido que um órgão público cobre taxa de consulta nos casos de pedidos de acesso a informação realizados em formato digital.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme o art. 12 da Lei de Acesso à Informação, é garantido o acesso a informação de forma gratuita. Apenas quando o serviço de busca e de fornecimento da informação exigir reprodução de documentos, o órgão poderá cobrar exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados. As consultas eletrônicas não devem gerar cobranças.

Com base na Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens que se seguem.

144 Em um processo de compras no âmbito de licitação que envolva o fornecimento de produtos, a administração pública poderá vedar a contratação de marca ou produto que, em ocasião anterior, conforme comprovado mediante processo administrativo, não tenha atendido a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o art. 41, III, da Lei n.º

14.133/2021: “Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente: (...)

III vedar a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual;”.

145 Contratação integrada é o regime de contratação da mão de obra voltado para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem o fornecimento de materiais.

JUSTIFICATIVA - Errado. O item aborda o conceito de contratação por tarefa, de acordo com o art. 6.º, XXXI, da Lei n.º 14.133/2021.

146 O estudo técnico preliminar é o documento que constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação e que caracteriza o interesse público nela envolvido.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o art. 6.º, XX, da Lei n.º 14.133/2021, o estudo técnico preliminar é o “documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação”.

147 O processo licitatório deve respeitar a seguinte sequência de fases: fase preparatória; apresentação de propostas e lances; divulgação do edital; habilitação; julgamento; fase recursal; e homologação.

JUSTIFICATIVA - Errado. Nos termos da Lei n.º 14.133/2021, “Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

- I preparatória;
- II de divulgação do edital de licitação;
- III de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;
- IV de julgamento;
- V de habilitação;
- VI recursal;
- VII de homologação.”.

148 Os critérios de julgamento que podem ser utilizados em licitação na modalidade concorrência incluem o menor preço, o maior desconto e o maior retorno econômico.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o art. 6.º, XXXVIII, da Lei n.º 14.133/2021, concorrência é “modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;”.

À luz da Instrução Normativa SGD/SEDGG/ME n.º 94/2022, julgue os itens seguintes.

149 No termo de referência, devem constar as obrigações da empresa contratada, entre as quais se inclui a de ceder os direitos autorais e de propriedade intelectual sobre os artefatos produzidos na relação contratual.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o art. 17 da IN SGD/SEDGG/ME n.º 94/2022, “II a definição das obrigações da contratada contendo, pelo menos, a obrigação de:

- h) ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os

modelos de dados e as bases de dados à Administração;”.

- 150** São proibidas a celebração de consórcio para contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação e a subcontratação desse tipo de solução.

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o art. 12 da IN SGD/SEDGG/ME n.º 94/2022. “§ 2.º A Equipe de Planejamento da Contratação avaliará a viabilidade de:

(...)

II permitir consórcio ou subcontratação da solução de TIC, observado o disposto nos arts. 15 e 122 da Lei n.º 14.133, de 2021, justificando-se a decisão.”.

- 151** Nas contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação, as atividades de gerenciamento de riscos são restritas à fase de gestão do contrato, que é a última do processo de contratação.

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com § 1.º do art. 8.º da IN SGD/SEDGG/ME n.º 94/2022, as atividades de gerenciamento de riscos devem ser realizadas durante todas as fases do processo de contratação, observando-se o disposto no art. 38.

- 152** A adesão de um órgão à ata de registro de preços deve ser precedida da apresentação, no estudo técnico preliminar, do ganho de eficiência e da existência de viabilidade e economicidade de tal medida para a administração pública.
JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o § 3.º do art. 9.º da IN SGD/SEDGG/ME n.º 94/2022, “O órgão ou entidade interessada em aderir à Ata de Registro de Preços deverá registrar no Estudo Técnico Preliminar o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme o disposto no § 2.º do art. 86 da Lei n.º 14.133, de 2021”.

- 153** Na especificação dos requisitos da contratação, compete ao integrante requisitante, com o apoio do integrante técnico, definir, entre outros, os requisitos de negócio, quando aplicáveis.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme a IN SGD/SEDGG/ME n.º 94/2022, “Art. 16. Na especificação dos requisitos da contratação, compete:

I ao Integrante Requisitante, com apoio do Integrante Técnico, definir, quando aplicáveis, os seguintes requisitos:
a) de negócio”.

No que se refere à administração de bancos de dados MySQL, MariaDB e MS-SQLSERVER 2019, julgue os itens seguintes.

- 154** No MariaDB, o comando `CREATE USER '@'localhost';` cria uma conta de usuário anônima, ou seja, uma conta sem nome de usuário, representada pelas aspas vazias.

JUSTIFICATIVA - Certo. Contas anônimas são contas em que a parte do nome de usuário da conta está vazia. Essas contas funcionam como contas especiais do tipo “pega-tudo”. Se um usuário tentar fazer *log-in* no sistema a partir de um *host* e existir uma conta anônima com uma parte do nome do *host* que corresponda ao *host* do usuário, o usuário fará *log-in* como a conta anônima, se não houver nenhuma correspondência de conta mais específica para o nome de usuário que o usuário digitou. Seguem exemplos de contas anônimas.

```
criar usuário '@'localhost';
criar usuário '@'192.168.0.3';
```

- 155** O MySQL Native Kerberos Authentication permite a autenticação direta de usuários por meio de LDAP e Active Directory, suportando protocolos como User/Password e GSSAPI Kerberos.

JUSTIFICATIVA - Errado. É o MySQL LDAP Authentication que permite configurar o MySQL para consultar usuários e grupos do LDAP e do Active Directory para a autenticação de conexões de clientes. Suporta vários protocolos de autenticação LDAP, incluindo User/Password, GSSAPI Kerberos e SASL. Vincula usuários do MySQL a DN's (nomes distintos) para gerenciar grupos de usuários e suas permissões no MySQL. O MySQL Native Kerberos Authentication permite configurar o MySQL para autenticar usuários usando o Kerberos. A autenticação Kerberos oferece suporte a cenários sem usuário e sem senha.

```
CREATE CLUSTERED INDEX idx_clustered
ON schema1.table1 (column1 DESC, column2 ASC, column3 DESC);
```

Considerando o comando precedente, do banco de dados MS-SQLSERVER 2019, julgue o próximo item.

- 156** O comando cria um índice clusterizado em `column1`, `column2` e `column3` da tabela `table1` no esquema `schema1`, com `column1` e `column3` classificados em ordem decrescente e `column2` classificado em ordem crescente.

JUSTIFICATIVA - Certo. O comando `CREATE CLUSTERED INDEX idx_clustered ON schema1.table1 (column1 DESC, column2 ASC, column3 DESC);` cria um índice clusterizado chamado `idx_clustered` na tabela `table1`. O índice será aplicado às colunas `column1`, `column2` e `column3`, e a ordem de classificação para cada coluna é especificada:

```
column1 DESC: classificada em ordem decrescente;
column2 ASC: classificada em ordem crescente;
column3 DESC: classificada em ordem decrescente.
```

No que diz respeito à normalização das estruturas de dados, à extração de metadados no MySQL, a técnicas de modelagem dimensional e à linguagem de consulta estruturada (SQL – ANSI), julgue os itens seguintes.

- 157** Na dimensão *snowflake*, os dados são desnormalizados para evitar *joins* entre tabelas, o que diminui o tempo de consultas; no entanto, nessa dimensão, devido à repetição de dados, utiliza-se mais espaço em disco.

JUSTIFICATIVA - Errado. Na dimensão *snowflake*, os dados são normalizados em tabelas relacionadas, o que pode resultar em mais *joins* durante as consultas, mas economiza espaço em disco ao evitar a repetição de dados. A arquitetura *snowflake* utiliza a normalização dos dados, ou seja, os dados são organizados em várias tabelas relacionadas para reduzir a redundância. Isso contrasta com a arquitetura em estrela (*star schema*), na qual os dados são frequentemente desnormalizados para melhorar o desempenho de consultas.

- 158** A opção de privilégio `SELECT` com hierarquia oferece a um usuário acesso automático a privilégios `SELECT` em subtabelas atuais e futuras, o que simplifica a gestão de permissões no banco de dados.

JUSTIFICATIVA - Certo. O privilégio `SELECT` com hierarquia fornece acesso automático não apenas a subtabelas que já existem, mas

também àquelas que serão criadas no futuro. O uso do termo “automático” indica que não é necessário conceder permissões adicionais manualmente.

159 A primeira forma normal (1NF) sugere que informações repetitivas, como endereços de clientes, sejam armazenadas em uma tabela separada, para evitar redundâncias e garantir a integridade dos dados.

JUSTIFICATIVA - Errado. A primeira forma normal (1NF) exige que as informações sejam organizadas de modo que cada coluna contenha valores atômicos e indivisíveis e não permite a presença de informações repetitivas em uma única linha; já a separação de informações repetitivas, como endereços de clientes, em tabelas distintas é uma prática recomendada nas formas normais superiores, como a segunda forma normal (2NF), para evitar redundâncias e garantir a integridade dos dados.

160 A consulta `SELECT * FROM INFORMATION_SCHEMA.TABLES` retorna todos os metadados relacionados a todas as tabelas de todos os bancos de dados disponíveis no servidor MySQL.

JUSTIFICATIVA - Certo. O `INFORMATION_SCHEMA` é uma base de dados virtual que contém informações sobre as tabelas, colunas, índices e outros objetos de banco de dados, tornando-as uma fonte valiosa para administradores de banco de dados e desenvolvedores que precisam monitorar e gerenciar a estrutura do banco de dados. A consulta retornará informações como:

`TABLE_NAME`: nome da tabela;

`TABLE_SCHEMA`: nome do banco de dados onde a tabela está localizada;

`TABLE_TYPE`: tipo da tabela (por exemplo, `BASE TABLE` ou `VIEW`);

`ENGINE`: mecanismo de armazenamento utilizado pela tabela (por exemplo, InnoDB ou MyISAM).

A consulta `SELECT * FROM INFORMATION_SCHEMA.TABLES` retorna todos os metadados relacionados a todas as tabelas em todos os bancos de dados disponíveis no servidor MySQL.

Espaço livre
